

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.648 - RS (2016/0027080-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : VIDRAÇARIA SANTA ROSA LTDA  
**ADVOGADO** : LUIS CLAUDIO GERHARDT STEGLICH - RS059579  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL  
**INTERES.** : NOLI DOMINGO BRUN

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Vidraçaria Santa Rosa Ltda.**, desafiando decisão da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que não admitiu recurso especial, ante a incidência da Súmula 7/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos.

Nas razões de agravo em recurso especial (fls. 829/880), a parte agravante, em longo arrazoado, reproduz as razões do recurso especial interposto às fls. 764/796, alegando, em síntese, cerceamento de defesa, cabimento da exceção de pré-executividade e nulidade do título que aparelha a execução fiscal, pugnando, *in fine*, pela realização de novo processo administrativo fiscal e processamento da exceção de pré-executividade apresentada.

**É O RELATÓRIO.**

Verifica-se que o inconformismo nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante não impugnou todos os motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, deixando de rebater, de modo específico, a apontada aplicação do óbice previsto na Súmula 7/STJ, fundamento autônomo e suficiente para a manutenção da decisão ora agravada.

Assim, ressalta-se que o agravante não rebateu, de modo específico, os fundamentos adotados pela decisão recorrida para negar trânsito ao apelo especial, limitando-se a reproduzir as razões do recurso inadmitido e a se insurgir quanto a questões de fundo tratadas pelo acórdão recorrido prolatado pelo Tribunal de origem, incidindo, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, registre-se que essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018), na qual se reforçou a compreensão de que o recorrente deve **impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de não conhecimento do agravo, por aplicação da **Súmula 182**.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator